

Relatório e Contas 2013

CREDITE-EGS- Corretores de Seguros, S.A.

Bernard Denieul

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2014

x JM
01
A+S

Índice

I – A CONJUNTURA ECONÓMICA MUNDIAL	3
II – A ECONOMIA PORTUGUESA	4
III – O MERCADO DE SEGUROS EM PORTUGAL	6
IV – A CREDITE-EGS	7
A – PRINCIPAIS EVENTOS	7
B – O VOLUME DE NEGÓCIOS	7
C – GASTOS OPERACIONAIS	8
C 1. – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	8
C 2. – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	8
C 3. – OUTROS GANHOS E PERDAS	9
C 4. – GASTOS COM PESSOAL	9
D – GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	10
E – INVESTIMENTOS REALIZADOS	11
F – EMPRÉSTIMO CONCEDIDO	11
G – OS RESULTADOS	12
G 1. – RESULTADO OPERACIONAL	12
G 2. – RESULTADO LÍQUIDO	12
H – FACTOS OCORRIDOS APÓS O FECHO DAS CONTAS	13
I – APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	14
V – ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2013	15

I – A CONJUNTURA ECONÓMICA MUNDIAL

A actividade económica mundial esteve em expansão a um ritmo moderado.

O G20 registou um crescimento de 2,7% (contra 2,9% em 2012) e sem a área do Euro, de 3,4% (contra 3,6% em 2012).

As economias emergentes abrandaram em consequência da fraca procura por parte das economias avançadas que representam metade das exportações das economias emergentes, principalmente constituídas de matérias-primas energéticas ou não, penalizando-as duplamente (volumes e preços).

Em contrapartida as economias avançadas, na sua grande maioria deram um ímpeto crescente na recuperação mundial.

A inflação mundialperseguiu o abrandamento constatado desde o início da crise em 2011, para fixar-se em 1,6% nos países da O.C.D.E.

Mais uma vez, as economias emergentes, menos estáveis, registaram as maiores taxas de inflação, criando alguns riscos financeiros (Brasil 5,9%, Índia 6,2%, Rússia 6,5% e Turquia 7,4%).

Contribuíram para este abrandamento a evolução dos preços das matérias-primas energéticas (Petróleo 105 – 110 US\$ por barril), mas também as alimentares.

Os Estados Unidos da América apresentam um conjunto de indicadores favoráveis (PIB 1,5%, inflação 1,5%, desemprego 6,6%) com um reforço de procura interna privada incentivada por condições financeiras acomodáticas (Política do FED). Sobretudo conseguiu ultrapassar a batalha do “travão” orçamental (Fiscal drag).

A União Europeia teve um tímido crescimento do PIB, de 1,1%, enquanto a Zona Euro se situa em -0,4%.

A Zona Euro tem, aliás, muitas disparidades entre o Norte e o Sul (Alemanha +0,5%, França +0,2%, Espanha -1,2%, Grécia -3,9%, Itália -1,9%, Chipre -5,4%).

A inflação mantém-se baixa, 1,5% (1,4% na Zona Euro).

O principal flagelo na União Europeia é o desemprego 10,8% (12% na Zona Euro), existindo também grandes disparidades (Alemanha 5%, França 10,9%, Espanha 25,9%).

A Moeda Euro mantém-se no entanto muito alta em relação ao Dólar Americano (variou entre 1,35 e 1,4 durante o exercício de 2013), o que dificulta as exportações da Zona Euro (excepto na Alemanha, que bateu vários records em 2013).

6
24
p
A+S

II – A ECONOMIA PORTUGUESA

O exercício de 2013 foi substancialmente mais um ano de austeridade e de enorme pressão fiscal na vida dos Portugueses.

Os sacrifícios impostos permitiram que o défice público, fixado com a Troika em 5,5% do PIB, ficasse abaixo desta meta, em 4,4%. É bom lembrar que o aumento da receita fiscal foi de 4.212 milhões de Euros.

O PIB diminuiu 1,4% em volume no conjunto do ano de 2013, ainda que tenha tido um aumento para 1,7% no quarto trimestre de 2013. Oficialmente Portugal saiu da recessão, esta tendência carece de confirmação em 2014.

Esta descida menos acentuada deve-se essencialmente à redução menos intensa do crescimento privado (-2,6% em vez de -6,9% em 2012) e do investimento. Em contrapartida a procura externa líquida teve um contributo menos positivo que em 2012 (1.2pp contra 3.7pp). Isto, pese embora o facto da aceleração das exportações de bens e serviços, registou-se também, simultaneamente, um aumento das importações de bens e serviços, a diferença dos anos anteriores.

	TAXA DE VARIAÇÃO HOMÓLOGA (%)				
	4º TRIM.2012	1º TRIM.2013	2º TRIM.2013	3º TRIM.2013	4º TRIM.2013
PROCURA INTERNA	-4,4	-5,9	-2,9	-1,5	0,1
EXPORTAÇÕES	0,2	0,7	7,4	7,2	9,4
IMPORTAÇÕES	-1,6	-4,4	5,2	5,5	5,2
PIB	-3,8	-4,0	-2,0	-0,9	1,7

I.N.E. 11.3.2014

O investimento diminuiu em 2013 (-1,8%), embora a um ritmo menos acentuado. No quarto trimestre de 2013 houve até um aumento de 2,7% da FBCF total.

Os sectores que contribuíram mais para este aumento foram os equipamentos de transporte (nomeadamente a componente automóvel) e outras máquinas e equipamentos (+9,7%).

O sector que menos contribuiu foi mais uma vez o sector da construção (-14,3%). O sector automóvel recuperou um pouco e as vendas de veículos aumentaram em 2013, nomeadamente nos últimos dois meses, após 2 anos posteriores negativos:

- Veículos Ligeiros +11% (+26,9% em Dez.2013)
- Comerciais ligeiros +14,7%
- Pesados +23,7%

As licenças para a construção de habitações novas baixou 29,3% e a carteira de encomendas na Construção Civil e de Obras Públicas registou um decréscimo de 75,2%.

As taxas de juros mantiveram-se baixas, mas o acesso ao crédito não melhorou, tanto ao nível de Particulares como ao nível das Empresas.

Nestas condições, a inflação manteve-se a um nível relativamente baixo (IPC 2013, +0,3%) fazendo recear, em certos momentos, riscos de deflação (também ao nível Europeu).

III – O MERCADO DE SEGUROS EM PORTUGAL

O nosso Mercado cresceu 20,7% em 2013. Este crescimento é sobretudo devido ao Ramo Vida que com +33,4% demonstra a confiança renovada no sector segurador como veículo de poupança, inclusive nos PPR (quase sem atractividade na fiscalidade à entrada e na altura do vencimento).

Infelizmente os Ramos Não Vida continuam a descer (-4,4%). Aliás todos os Ramos Não Vida registaram crescimento negativo à excepção do Ramo Saúde que cresceu +32%. Para o Ramo Acidentes de Trabalho a descida é mais brutal (-7,68%, -17% em relação a 2011).

Sem considerar o Ramo Vida, o Ramo Automóvel representa 38,3% do mercado e os Ramos Acidentes de Pessoas (incluindo Acidentes de Trabalho) e Saúde, representam 32,51%.

Os custos com sinistros baixaram (-8,8%) em Vida e -3,8% em Não Vida. A relação Sinistro/Prémio baixou 9 pontos percentuais para se fixar em 72%.

Os Ramos que evoluíram bem são o Automóvel (62%) e o Incêndio (64%), em contraciclo com os Acidentes de Trabalho, 132% e Saúde 94%.

O Presidente do ISP já manifestou a sua grande preocupação com a evolução do Ramo Acidentes de Trabalho que tem claramente um problema de sub-tarifação.

As margens de solvência do Mercado são satisfatórias, 210% em Vida e 264% em Não Vida.

A dívida pública representa 29% dos activos alocados às provisões técnicas (37% nos Seguros de Vida).

O evento mais importante que marcou o nosso Mercado (nomeadamente no final do exercício) foi a cessão da actividade seguradora da Caixa Geral de Depósitos ao grupo Chinês Fosun; importante pelo facto do comprador não ser um Grupo segurador; importante pelo papel desempenhado pela FIDELIDADE que ocupa a 1ª posição no ranking nacional.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'X' and several names.

IV – A CREDITE-EGS

2013 foi um ano de grande adversidade, uma vez que o sector da economia Portuguesa com o qual mais nos identificamos, a Construção Civil e Obras Públicas, pouco melhorou e o consumo interno apenas começou a ascender um pouco no final do ano.

A – PRINCIPAIS EVENTOS

➤ Continuamos o processo de implementação duma Corretora de Seguros em Angola, com os nossos parceiros.

A nossa opção foi de criar uma Empresa de raiz, pelo que o processo é mais demorado. As nossas expectativas para o ano de 2014 são boas.

➤ Adquirimos 60% de uma empresa de mediação de seguros na região de Leiria, no montante de 30.900 euros denominada Cristina Pereira, Mediadores de Seguros, Lda.. Aqui também as nossas expectativas são grandes.

B – O VOLUME DE NEGÓCIOS

Atendendo à situação económica de Portugal e mais especificamente do sector da Construção, para o qual temos competência e apetência natural, registámos uma diminuição no nosso volume de negócios de 10,4%, estabelecendo-se assim nos 2.659.574 euros.

Handwritten notes in blue ink: a checkmark, 'JM', 'P', 'H', and 'A+S'.

C – GASTOS OPERACIONAIS

Sem considerar os Gastos de Depreciação e de Amortização, os Gastos Operacionais registaram uma diminuição de 6.37%.

C 1. – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.

No seu conjunto as despesas com FSE aumentaram de 0.9%.

Os Serviços Especializados (€ 553.397) sofreram um crescimento de 4.9% . No entanto, se não considerarmos as Comissões Cedidas (€ 230.212), a rubrica diminuiu 13,2%.

Em contrapartida as Comissões Cedidas registaram um incremento de 48,6% devido a um número maior de mediadores exclusivos e ao aumento forte da carteira de um deles. Por outro lado foi efetuado um acréscimo de gasto relativo a comissões a pagar de € 13.855, correspondentes ao exercício de 2013, mas cujos documentos de suporte serão emitidos em 2014.

A rubrica “Materiais” regista um decréscimo de 19,7% em todas as suas componentes.

As despesas com conservação e reparação (€ 28.194) sofreram um aumento de 74,4%, devido ao maior número de veículos e também a utilização intensa de alguns destes meios de transporte.

As despesas com “Energia e Fluidos” tiveram uma diminuição ligeira de 1,44% apesar de uma atividade comercial mais desenvolvida ao longo do ano.

A rubrica “Deslocações e Estadias” (€ 59.665) sofreu um aumento de 6.8%. As deslocações ao estrangeiro (Moçambique e Angola) contribuíram essencialmente para esta situação (€ 21.228). Sem estas deslocações ao Estrangeiro, registaríamos nesta rubrica uma redução de 10,9%.

As Rendas e Alugueres (€ 141.255) cresceram 18%. Corresponde a uma situação provisória que ocorreu no segundo semestre deste exercício económico e que se prolongará até Maio de 2014. De notar que libertámos o 6º piso da Av Columbano Bordalo Pinheiro em Outubro de 2013.

A rubrica “Comunicações” (€ 52.381) registou uma forte redução de 34,8% fruto da renegociação que fizemos com os diferentes operadores.

As Despesas com Limpeza diminuíram 24%, após a libertação do 6º piso da Columbano Bordalo Pinheiro em Outubro de 2013.

C 2. – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Sofremos um decréscimo de 41% devido essencialmente à redução dos juros obtidos (-57,6%), em consequência da baixa de juros dos depósitos.

C 3. – OUTROS GANHOS E PERDAS

Registámos um aumento de 19,2% nesta rubrica constituída sobretudo pelos impostos (selo e IFC).

As diferenças de câmbio desfavoráveis (€ 15.030) são responsáveis pela maior parte deste aumento.

C 4. – GASTOS COM PESSOAL

Reduzimos as despesas com Pessoal em 12,6%.

614
P
H

D – GASTOS / AVENÇAS DE OPERAÇÃO E AMORTIZAÇÕES

Não houve no decorrer de 2013 grandes investimentos em activo amortizável, pelo que esta rubrica sofreu um decréscimo de 4,7%.

634
P
A+S

E – Os INVESTIMENTOS REALIZADOS

No decorrer de 2013 realizámos os investimentos seguintes:

- Ativos Fixos Tangíveis € 22.604
- Ativos intangíveis € 29.889
- Participação financeira em Sociedades de Mediação (60%) € 30.900.

F – EMPRÉSTIMO CONCEDIDO

Concedemos à nossa participada Cristina Pereira, Mediadores de Seguros, Lda. um empréstimo de € 12.500.

G – Os RESULTADOS

G 1. – Resultado Operacional

O resultado Operacional é de € 77.267,29, apresentando uma diminuição de 64% em relação ao exercício económico anterior.

G 2. – Resultado Líquido

O resultado líquido de impostos estabelece para o exercício de 2013 o valor de € 5.181,93.

H – FACTOS OCORRIDOS APÓS O FECHO DAS CONTAS

Não ocorreram factos após o fecho das contas.

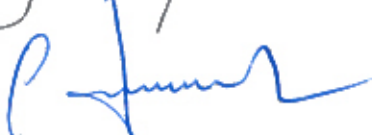
I – APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propõe-se aos acionistas da CREDITE-EGS – Corretores de Seguros, S.A. que os resultados de € 5.181,93 sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2014



João F. Santos



Ana F. Sanchez



[Handwritten signature]

V – ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2013

Anexo ao Relatório de Gestão referente ao exercício de 2013 a que se refere o n.º 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

a) **Membros dos Órgãos de Administração detentores de acções da Sociedade**

Membros dos Órgãos de Administração	N.º Acções	%
Ana Maria Carreira Chorão de Carvalho Formosinho Sanchez	-	-
António Carlos Fragoso de Rhodes Domingos	-	-
Celso Fernando de Almeida Cardoso do Amaral	-	-
Bernard François Jacques Marie Denieul	-	-
Jorge Manuel Madureira Lopes Martins	-	-

Nenhum dos Membros dos Órgão de Administração, durante o exercício de 2012, adquiriu ou vendeu acções da sociedade.

Anexo ao Relatório de Gestão referente ao exercício de 2013 a que se refere o n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

b) **Lista de accionistas detentores de mais de 10% do Capital Social da Sociedade**

Accionistas	N.º Acções	%
CREDITE-EGS, SGPS, S.A.	182.032	100%

Não ocorreram durante o exercício compra ou venda de acções da empresa por parte dos Administradores nem existiram quaisquer negócios entre a empresa e os seus Administradores.

**Balanco - (modelo normal) em
31/12/2013
(montantes em euros)**

Credite - EGS - Corretores de Seguros, SA

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2013	2012
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	164 863,90	253 393,39
Ativos intangíveis	6	38 587,68	42 494,57
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	5;10	32 101,61	
Outros ativos financeiros	10	12 500,00	
		248 053,19	295 887,96
Ativo corrente			
Clientes	14;19	97 892,09	175 368,56
Acionistas/sócios	14	84 190,80	9 844,85
Outras contas a receber	14	205 966,72	432 441,52
Diferimentos		10 940,24	16 949,67
Caixa e depósitos bancários	4	755 746,17	870 646,43
		1 154 736,02	1 505 251,03
Total do ativo		1 402 789,21	1 801 138,99
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio	18		
Capital realizado		182 032,00	182 032,00
Reservas legais		53 405,33	53 405,33
Outras reservas		99 338,84	99 338,84
Resultados transitados		1 146 665,92	1 044 397,55
Ajustamentos em ativos financeiros		(797 571,53)	(800 211,88)
Resultado líquido do período		5 181,93	102 268,37
Total do capital próprio		689 052,49	681 230,21
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	14	46 809,92	31 932,33
Estado e outros entes públicos	13	72 891,73	88 615,58
Acionistas/sócios	14	7 784,26	14 629,11
Financiamentos obtidos	9;10	77 300,70	121 212,44
Outras contas a pagar	14	508 950,11	863 519,32
		713 736,72	1 119 908,78
Total do passivo		713 736,72	1 119 908,78
Total do capital próprio e do passivo		1 402 789,21	1 801 138,99

O Técnico Oficial de Contas

PL Nj

A Administração

[Handwritten signature]

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo normal) do período de 2013
(montantes em euros)**

**Credite - EGS - Corretores de
Seguros, SA**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	11	2 659 573,91	2 968 328,61
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	10	(1 438,74)	
Fornecimentos e serviços externos	17	(971 550,08)	(962 974,84)
Gastos com o pessoal	15	(1 391 088,47)	(1 592 170,31)
Outros rendimentos e ganhos	11	16 406,29	27 582,75
Outros gastos e perdas	17	(94 596,64)	(79 351,28)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		217 306,27	361 414,93
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7	(140 038,98)	(146 959,69)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		77 267,29	214 455,24
Juros e gastos similares suportados	9	(4 935,79)	(5 958,63)
Resultado antes de impostos		72 331,50	208 496,61
Imposto sobre o rendimento do período	13	(67 149,57)	(106 228,24)
Resultado líquido do período		5 181,93	102 268,37

O Técnico Oficial de Contas

R. N.

A Administração

Dep. João Martins
Admin. Sr.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa do
período de 2013**

Credite - EGS - Corretores de Seguros, SA

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2013	2012
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes	14;19	2 128 324,77	3 432 142,52
Pagamentos a fornecedores	14	987 351,05	925 734,35
Pagamentos ao pessoal	15	684 669,14	772 716,99
Caixa gerada pelas operações		456 304,58	923 274,73
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	13	(71 655,30)	10 817,82
Outros recebimentos/pagamentos	14	(365 191,41)	(604 933,22)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		19 457,87	(329 159,33)
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	7	22 093,18	68 566,17
Ativos intangíveis	6	29 889,00	19 076,41
Investimentos financeiros	5;10	43 400,00	
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares	11	4 935,79	11 001,16
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(90 446,39)	(76 641,42)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(43 911,74)	
Juros e gastos similares			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(43 911,74)	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(114 900,26)	252 517,91
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	870 646,43	614 813,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	755 746,17	870 646,43

O Técnico Oficial de Contas

Ph Ny

A Administração

João António
Américo

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em
31/12/2012
(montantes em euros)

Credite - EGS - Corretores de Seguros, SA

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações (quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012 1		182 032,00				53 405,33	99 338,84	839 614,14	(210 203,26)			204 783,41	1 168 970,46		1 168 970,46
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	19														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								204 783,41	(590 008,62)			(204 783,41)	(590 008,62)		(590 008,62)
2								204 783,41	(590 008,62)			(204 783,41)	(590 008,62)		(590 008,62)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3												102 268,37	102 268,37		102 268,37
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3												(487 740,25)	(487 740,25)		(487 740,25)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
5															
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2012 6=1+2+3+5		182 032,00				53 405,33	99 338,84	1 044 397,55	(800 211,88)			102 268,37	681 230,21		681 230,21

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

Ally

Ally
Amélia

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em
31/12/2012
(montantes em euros)

Credite - EGS - Corretores de Seguros, SA

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações(quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013 6		182 032,00				53 405,33	99 338,84	1 044 397,55	(808 211,88)			102 268,37	681 230,21		681 230,21
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	18														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								102 268,37	2 640,35			(102 268,37)	2 640,35		2 640,35
7								102 268,37	2 640,35			(102 268,37)	2 640,35		2 640,35
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8												5 181,93	5 181,93		5 181,93
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8															
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
10															
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2013 6+7+8+10		182 032,00				53 405,33	99 338,84	1 146 665,92	(797 571,53)			5 181,93	689 052,49		689 052,49

O Técnico Oficial de Contas

Am Nj

A Administração

Alves
Alves
Alves

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Credite EGS - Corretores de Seguros, SA

ANO : 2013

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Credite EGS - Corretores de Seguros, SA
Sede social: Avenida Columbano Bordalo Pinheiro 87 7º, 1070-062 Lisboa
Endereço eletrónico: Geral@Credite-EGS.pt
Página da internet: www.credite-egs.pt/
Natureza da atividade: Atividades de mediadores de seguros

Designação da empresa mãe: Credite EGS SGPS, SA
Sede da empresa-mãe: Lisboa, Portugal

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2010, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF") e normas interpretativas ("NI") consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, os quais, no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilístico ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "NCRF".

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31/12/2012.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não houve no período apresentado quaisquer derrogações ao Sistema de Normalização Contabilística.

PU M

Allyo
Jorge Raposo
P. J. J. J.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2013, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com os diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística, sendo, portanto, comparáveis.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras ou nas notas às demonstrações financeiras. Não houve no período apresentado quaisquer eventos subsequentes que devam ser referidos.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. À data de 31/12/2013 não há perdas de imparidade a reportar. As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

As vidas úteis dos Activos fixos Tangíveis utilizados pela empresa são os seguintes:

- Edifícios e Outras Construções - 10 anos;
- Equipamento Básico - entre 5 e 8 anos;
- Equipamento de Transporte - 4 anos;
- Equipamento Administrativo - entre 3 e 8 anos;
- Outros Activos Fixos Tangíveis - entre 3 e 10 anos.

- Activos intangíveis

À semelhança dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. À data de 31/12/2013 não há perdas de imparidade a reportar.

As depreciações de activos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

As vidas úteis dos Activos Intangíveis utilizados pela empresa são os seguintes:

- Projetos de desenvolvimento - 3 anos;
- Programas de Computador - 3 anos.

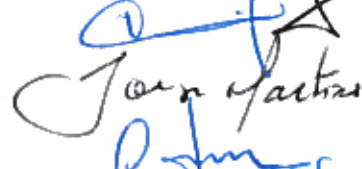
- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método da equivalência patrimonial no item "Investimentos financeiros – método da equivalência patrimonial".

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data da aquisição, é considerado "Goodwill", sendo reconhecido no activo e a sua recuperação sujeita a teste de imparidade.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25% sobre a matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa normal de IRC em vigor à data de balanço.

Não se verificaram activos e/ou passivos por impostos diferidos materialmente relevantes pelo que não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras.

- Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Os activos e os passivos financeiros são classificados ao custo.

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não Sejam ou Não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os activos e passivos financeiros ao custo incluem:

- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Empréstimos concedidos;
- Fornecedores;
- Outras contas a pagar;
- Empréstimos obtidos.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a administração procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência. Não se registaram quaisquer provisões no período apresentado.

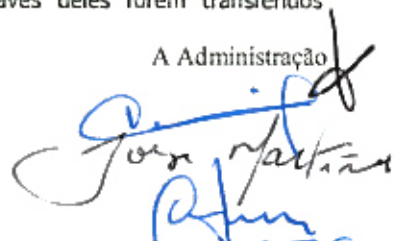
- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de activo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

- Rêdito e Regime do acréscimo

O rêdito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rêdito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rêdito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica.

- Imparidade

Efectuaram-se testes de imparidade, de acordo com a NCRF 12, às principais rubricas do activo, não se registando qualquer perda por imparidade no período apresentado.

- Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método directo. A empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos dos clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

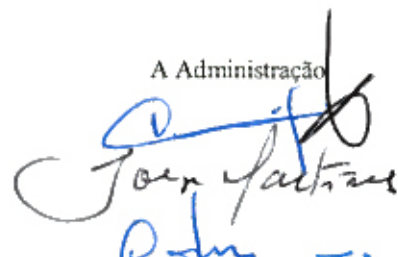
3.2. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuadas estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



4 - Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	25 752,25	52 768,01	72 578,25	5 942,01
Depósitos à ordem	607 986,51	23 862 973,12	24 055 239,99	415 719,64
Outros depósitos bancários	236 907,67	759 970,73	662 793,88	334 084,52
Total	870 646,43	24 675 711,86	24 790 612,12	755 746,17

5 - Partes relacionadas

5.1. Identificação das partes relacionadas

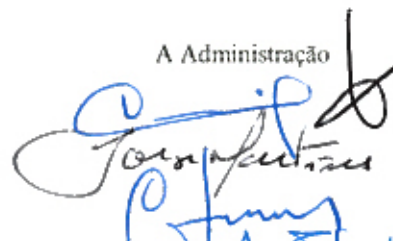
5.1.1. Identificar se se trata de uma empresa-mãe

Descrição	Texto
É uma empresa mãe? (Sim/Não)	Sim
Se sim consolida contas? (Sim/Não)	Não
É uma empresa controladora final? (Sim/Não)	Não
Se não, identifique empresa mãe imediata:	
NIF	508057965
Denominação	Credite EGS SGPS, SA
Sede (País)	PT
A empresa mãe imediata é controladora final? (Sim/Não)	Sim
Se não, identifique a empresa mãe controladora final:	
NIF	
Denominação	
Sede (País)	
Alguma das entidades divulga publicamente? (Sim/Não)	Sim

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



5.1.2. Empresas-mãe e outras entidades que participam no capital da empresa

NIF	508057965
Denominação	Credite EGS SGPS, SA
Sede (País)	PT
Capital social detido (valor)	182 032,00
Capital social detido (%)	100,0000%
Direitos de voto (%)	100,0000%
Data de início da participação	17/12/2007
É a entidade controladora final? (Sim/ Não)	Sim

5.1.3. Entidades em que a empresa participa

NIF	502624825
Denominação	Cristina Pereira - Mediadores de Seguros, Lda
Sede (País)	PT
Natureza da relação	Subsidiária
Consolidação de contas grupo?	Sim
Método de consolidação	Método da Equivalência Patrimonial
Capital Próprio	25 000,00
Resultado líquido	-2 397,90
Capital social detido (valor)	15 000,00
Capital social detido (%)	60,0000%
Direitos de voto (%)	60,0000%
Data de início da participação	11/12/2013

5.2. Transações entre partes relacionadas

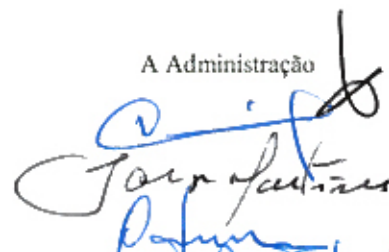
5.2.1. Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:

Descrição	Empresa Mãe	Subsidiárias	Associadas	Entid. com ctrl conj/IS	Empreend. conjuntos	Pessoal chave gestão	Outras partes relac.
SALDOS PENDENTES							
Conta de pessoal						(10 910,93)	
Conta de acionistas/sócios	84 190,80					(7 784,26)	
Conta de outros devedores e credores							172,50
Conta de empréstimos concedidos		12 500,00					

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



5.2.2. Remunerações do pessoal chave da gestão, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Total de remunerações	316 586,49	350 493,47
Total benefícios de curto prazo dos empregados		
Total benefícios pós-emprego		
Total benefícios de longo prazo		
Total benefícios por cessação de emprego		
Total pagamentos com base em ações		

6 - Ativos intangíveis

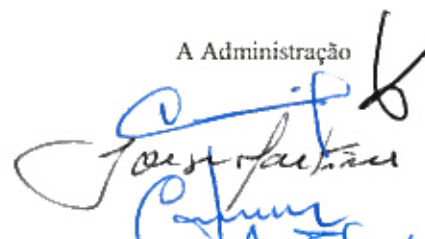
6.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		31 054,65	20 332,91					101 387,56
Amortizações acumuladas total no fim do período		31 054,65	31 745,23					62 799,88
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início		31 054,65	21 993,91			18 450,00		71 498,56
Amortizações acumuladas		20 701,02	8 302,97					29 003,99
Saldo no início do período		10 353,63	13 690,94			18 450,00		42 494,57
Variações do período		(10 353,63)	24 896,74			(18 450,00)		(3 906,89)
Aquisições em primeira mão						29 889,00		29 889,00
Total de aumentos						29 889,00		29 889,00
Amortizações do período		10 353,63	23 442,26					33 795,89
Total diminuições		10 353,63	23 442,26					33 795,89
Transferências de ativos intangíveis em curso			49 339,60			(48 339,60)		
Saldo no final do período			38 587,68					38 587,68

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



7 - Ativos fixos tangíveis

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	TOTAL
Valor bruto no início		119 047,84	3 236,10	541 702,15	855 771,17		20 800,37		1 530 557,63
Depreciações acumuladas		41 671,22	1 753,70	439 477,94	796 351,45		17 909,93		1 297 164,24
Saldo no início do período		77 376,62	1 482,40	102 224,21	659 419,72		2 890,44		253 393,39
Variações do período		9 009,69	(499,80)	(68 729,71)	(372 371,02)		(7 955,72)		(440 546,56)
Total de aumentos		17 376,68			3 046,71				20 795,38
Aquisições em primeira mão		17 370,68			3 046,71		187,05		20 604,56
Outros aumentos									
Total diminuições		8 738,99	499,80	68 729,71	375 417,73		7 955,72		461 341,95
Depreciações do período		8 018,99	499,80	68 729,71	28 468,06		526,53		106 243,09
Apatos		720,01		14 955,94	346 949,67		7 429,19		370 054,81
Saldo no fim do período		86 386,31	982,60	33 494,51	41 636,37		2 363,91		164 863,99
Valor bruto no fim do período		135 698,51	3 236,10	526 746,21	521 868,37		23 556,23		1 207 107,39
Depreciações acumuladas no fim do período		49 312,20	2 253,50	493 251,70	480 231,96		11 194,32		1 036 243,48

8 - Locações

8.1. Decomposição das locações de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	Ativos Intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto		200 395,00		200 395,00	
Depreciações/Amortizações acumuladas		172 495,00		172 495,00	
Saldo no fim do período		27 900,00		27 900,00	
Total dos futuros pagamentos mínimos		77 299,00		77 299,00	
Até um ano		37 200,00		37 200,00	
De um a cinco anos		40 099,00		40 099,00	
Mais de cinco anos					

O Técnico Oficial de Contas

Ph. M.

A Administração

João António Pacheco

8.2. Descrição geral dos acordos de locação financeira significativos

Nº Contrato	Locadora	Bem locado	Valor	Opção de compra
CLEA/5905	Montepio Crédito, SA	Citroen 21-JF-99	60 250,00	Sim
2010013633	Banco BPI, SA	Mercedes 09-JZ-33	84 345,00	Sim
6000053340001	Banco Credibom, SA	Volkswagen 93-MZ89	27 900,00	Sim
6000053350001	Banco Credibom, SA	Volkswagen 21-NB-74	27 900,00	Sim

9 - Custos de empréstimos obtidos

9.1. Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos

Os gastos com empréstimos obtidos são considerados gastos do período em que são incorridos.

10 - Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Consolidação

10.1. Quantias escrituradas e movimentos do período em subsidiárias, associadas e outros investimentos financeiros que utilizam o Método da Equivalência Patrimonial

Descrição	Inv. Subsidiárias	Inv. Associadas	Inv. Outras Empresas	Adiantamentos p/ Inv. Fin.	Total
Valor bruto inicial					
Valor líquido inicial					
Movimentos do período	32 101,61				32 101,61
Aquisições	30 900,00				30 900,00
Parte do investidor nos resultados da investida	(1 438,74)				(1 438,74)
Ajustamento de transição	2 640,35				2 640,35
Valor líquido final	32 101,61				32 101,61
Empréstimos Concedidos	12 500,00				

11 - Rédito

11.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- é provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- a fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O Técnico Oficial de Contas

Ph ny

A Administração

João Part...
P. J. ...

- 11.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	2 659 573,91	2 968 328,61
Juros	6 215,79	12 914,65
Outros réditos	10 190,50	11 933,20
Total	2 675 980,20	2 995 911,36

12 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

- 12.1. Quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos capitais próprios e nos resultados (com exceção das resultantes de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados), conforme quadro seguinte:

Descrição	Capitais Próprios	Resultados
Saldo no início do período		
Movimentos do período		
Diferenças de câmbio favoráveis		4 905,20
Diferenças de câmbio desfavoráveis		15 030,31
Saldo no final do período		

- 12.2. Relação das taxas de conversão utilizadas e respetivas taxas históricas:

Nome da moeda	Taxa de fecho	Taxa histórica
FRANCO SUÍÇO	1,2276	1,2072

13 - Impostos e contribuições

- 13.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	72 331,50	208 496,61
Imposto corrente	67 149,57	106 228,24
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	67 149,57	106 228,24
Tributações autónomas	35 520,59	36 516,97
Taxa efetiva de imposto	92,84	50,94

O Técnico Oficial de Contas

P. H. M.

A Administração

João Francisco

13.2. Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte

Descrição	Resultados	Capitais próprios	Total	Resultados Per. Anterior	Cap. Próprios Per. Anterior	Total Período Anterior
Imposto do período	67 149,57		67 149,57	106 228,24		106 228,24
Gastos (rendimentos) de impostos reconhecidos no período e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:						
Gastos (rendimentos) de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos:						
Impostos do período - discriminação:						
Imposto diferido						
Imposto corrente	67 149,57		67 149,57	106 228,24		106 228,24

13.3. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	40 883,96	67 149,57	73 902,94	106 228,24
Pagamentos por conta	39 330,00		70 236,00	
Pagamentos normais	39 330,00		70 236,00	
Retenções efetuadas por terceiros	1 553,96		3 666,94	
Imposto estimado		67 149,57		106 228,24
Retenção de impostos sobre rendimentos		23 593,96		26 990,41
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)				1 265,00
Doutros impostos		1,99		
Contribuições para a Segurança Social		23 030,17		28 034,87
Total	40 883,96	113 775,69	73 902,94	162 518,52

O Técnico Oficial de Contas

Ph 4

A Administração

João de Deus
Paulo

14 - Instrumentos financeiros

14.1. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			388 049,61		
Clientes			97 892,09		
Acionistas/sócios			84 190,80		
Outras contas a receber			205 966,72		
Passivos financeiros:			549 689,29		
Fornecedores			46 809,92		
Acionistas/sócios			7 784,26		
Financiamentos obtidos			77 300,70		
Outras contas a pagar			508 950,11		
Ganhos e perdas líquidos:			(11 819,80)		
De ativos financeiros			3 466,46		
De passivos financeiros			(15 286,26)		
Rendimentos e gastos de juros:			1 280,00		
De ativos financeiros			6 215,79		
De passivos financeiros			(4 935,79)		

15 - Benefícios dos empregados

15.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa	31,00	59 520,00
Pessoas remuneradas	31,00	59 520,00
Pessoas não remuneradas		
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	31,00	59 520,00
Pessoas a tempo completo	31,00	59 520,00
(das quais pessoas remuneradas)	31,00	59 520,00
Pessoas na tempo parcial		
(das quais pessoas remuneradas)		
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	31,00	59 520,00
Masculino	11,00	21 120,00
Feminino	20,00	38 400,00
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D		
Prestadores de serviços		
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário		

O Técnico Oficial de Contas

Ph. sh

A Administração

João de Matos
D. J. M.

15.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	1 391 088,47	1 592 170,31
Remunerações dos órgãos sociais	316 586,49	350 493,56
Remunerações do pessoal	758 626,14	854 617,11
Indemnizações	1 875,00	53 061,10
Encargos sobre as remunerações	251 519,17	274 549,85
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	50 979,42	47 893,52
Outros gastos com o pessoal	11 582,25	11 555,17
(dos quais: formação)	8 305,50	7 069,77

16 - Divulgações exigidas por diplomas legais

16.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	2 659 573,91	2 651 332,91
Fornecimentos e serviços externos	971 550,08	957 695,08
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Gastos com o pessoal	1 391 088,47	1 391 088,47
Remunerações	1 075 212,63	1 075 212,63
Outros gastos	315 875,84	315 875,84
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	164 863,90	164 863,90
Total das aquisições	20 604,56	20 795,39
(das quais edifícios e outras construções)	17 748,68	17 748,68
Propriedades de investimento		

O Técnico Oficial de Contas

Ph ny

A Administração

Carro de transporte
CAE 1

Período anterior:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	2 968 328,61	2 968 328,61
Fornecimentos e serviços externos	962 974,84	962 974,84
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Gastos com o pessoal	1 592 170,31	1 592 170,31
Remunerações	1 205 110,67	1 205 110,67
Outros gastos	387 059,64	387 059,64
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	253 393,39	253 393,39
Total das aquisições	523 707,66	523 707,66
(des quais edifícios e outras construções)	14 342,67	14 342,67
Propriedades de investimento		

16.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra- comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	2 659 573,91			2 651 312,91
Fornecimentos e serviços externos	971 550,08			957 695,08
Aquisições de ativos fixos tangíveis	20 795,39			20 795,39
Aquisições de ativos intangíveis	29 889,00			29 889,00
Rendimentos suplementares:				

O Técnico Oficial de Contas

Paula M.

A Administração

*João António
P. M.*

Período anterior:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	2 968 328,61			2 968 328,61
Fornecimentos e serviços externos	962 974,84			962 974,84
Aquisições de ativos fixos tangíveis	523 707,66			523 707,66
Aquisições de ativos intangíveis	18 450,00			18 450,00
Rendimentos suplementares:				

16.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Prémios sobre os Resultados com base em acções

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em acções, conforme resulta da proposta de aplicação dos resultados do órgão de gestão.

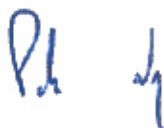
- Acções próprias

A Entidade não detém acções próprias, nem efectuou quaisquer transacções com acções próprios durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

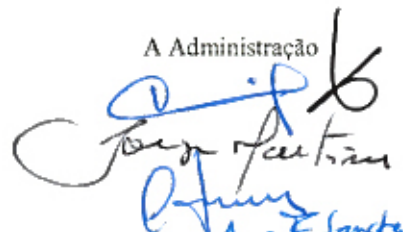
- Administração

Relativamente aos seus administradores, a sociedade não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efectuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos de remunerações.

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



17 - Outras informações

17.1. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	553 395,94	527 348,85
Trabalhos especializados	170 524,78	204 040,46
Publicidade e propaganda	42 514,35	41 205,94
Vigilância e segurança	49,20	211,03
Honorários	74 294,05	102 098,55
Comissões	230 311,57	154 995,73
Conservação e reparação	28 193,77	16 162,79
Outros	7 509,21	8 634,35
Materiais	49 371,43	61 491,61
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	15 348,03	14 171,23
Livros e documentação técnica	375,70	1 237,69
Material de escritório	16 884,55	22 472,49
Artigos para oferta	16 763,15	23 610,20
Energia e fluidos	48 581,64	49 292,83
Eletricidade	12 187,52	12 571,20
Combustíveis	34 915,08	35 496,20
Água	1 479,04	1 225,43
Deslocações, estadas e transportes	59 665,88	55 866,16
Deslocações e estadas	59 665,88	55 866,16
Serviços diversos	260 534,19	268 975,39
Rendas e aluguéis	141 255,73	119 516,75
Comunicação	52 380,84	80 308,74
Seguros	12 303,69	16 218,27
Contencioso e notariado	2 572,30	2 629,95
Despesas de representação	30 915,25	21 710,83
Limpeza, higiene e conforto	21 106,38	28 590,85
Total	971 550,08	962 974,84

O Técnico Oficial de Contas

Pe ny

A Administração

Carimbo e Assinatura
Patrícia

17.2. Discriminação dos outros gastos e perdas

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Impostos diretos	87,03	101,53
Impostos indiretos	53 516,51	54 119,11
Taxas	1 677,82	2 426,35
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	2 705,37	0,00
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	3 235,55	9 802,50
Donativos	1 510,00	5 544,80
Quotizações	2 376,00	3 283,00
Diferenças de pagamentos segurados	619,92	810,09
Indemnizações a segurados	1 910,87	538,69
Coimas	205,00	397,70
Gastos não documentados	3 002,92	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	15 030,31	2 033,76
Outros	478,34	293,75
Total	86 355,64	79 351,28

18 – Capital Próprio**18.1. Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.**

O Capital Social é de 180.032,00€ encontrando-se integralmente realizado.

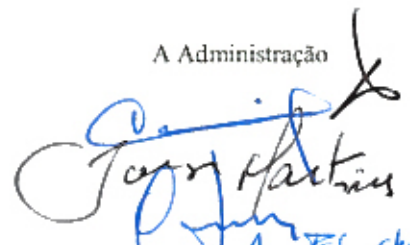
18.2. Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal.

O Capital Social está representado por 182.032 ações de valor nominal de 1 Euro.

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



18.3. Movimentos do período

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Capital social	182 032,00			182 032,00
Reservas legais	53 405,33			53 405,33
Outras reservas	99 338,84			99 338,84
Resultados transitados	1 044 397,55		102 268,37	1 146 665,92
Ajustamentos em ativos financeiros	(800 211,88)		2 640,35	(797 571,53)
Resultado Líquido do Período	102 268,37	102 268,37	5 181,93	5 181,93
Total	681 230,21	102 268,37	110 090,65	699 052,49

O Técnico Oficial de Contas

Ph 4

A Administração

Josephine
Antônio

19 - Divulgações exigidas pelo Instituto de Seguros de Portugal

19.1 Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por Natureza	2013	2012
Numerário/ Cheque/ Transferência	2 659 573,91	2 968 328,61
Por Tipo	2013	2012
Comissões de Seguros	2 659 573,91	2 952 278,61
Prestação de Serviços de Peritagem	0,00	16 050,00

19.2 Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por ramo "Vida", fundos de pensões e conjunto dos "Não Vida" e por origem (por empresas de seguros, outros mediadores clientes)

Por Ramos	2013	2012
Vida	35 835,13	39 571,64
Não Vida	2 623 738,78	2 912 706,97
Fundos de Pensões	0,00	0,00
Total	2 659 573,91	2 952 278,61
Por Origem	2013	2012
Empresas de Seguros	2 659 401,34	2 946 694,18
Mediadores	172,57	5 584,43
Total	2 659 573,91	2 952 278,61

19.3 Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível das empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira

Seguradora	Valor 2013	Valor 2012	% 2013	% 2012
	(*)		(*)	
Fidelidade Mundial	1 305 540,27	1 313 922,83	49,09	44,51

(*) Bruto de co.seguro

19.4 Valores de contas Clientes no início e no final do exercício

	2013	2012
Saldo Inicial	(465 083,45)	(1 269,54)
Movimentos a débito	19 303 576,29	19 933 626,82
Movimentos a crédito	19 734 486,09	20 397 440,73
Saldo Final	34 173,65	(465 083,45)

O Técnico Oficial de Contas

Ph. M.

A Administração

João F. Santos
Amor F. Lacerda

19.5 Contas e receber e a pagar por origem

	A receber 2013	A pagar 2013	A receber 2012	A pagar 2012
Tomadores de Seguros	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas de Seguros	0,00	0,00	0,00	0,00
Mediadores	1 339,63	8 582,90	3 734,18	8 464,05
Outras quantias	204 627,09	500 367,21	428 707,34	855 055,27
Total	205 966,72	508 950,11	432 441,52	863 519,32

19.6 Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar**19.6.1 Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros**

	2013	2012
Fundos	0,00	0,00

19.6.2 Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar

	2013	2012
Prémios cobrados	0,00	0,00

19.7 Informação acerca de eventuais garantias colaterais detidas a título de caução e outros documentos de crédito e, salvo se impraticável uma estimativa do seu justo valor

Existe uma caução bancária de 18 760,00€ [alínea c) do número 1 do artigo 19º do Decreto-Lei 144/2007 de 31 de Julho].

19.8 Empresas de Seguros cujas remunerações pagas ao corretor representam, cada uma, mais de 5% do total das remunerações auferidas pela sua carteira

Seguradora	% 2013	Seguradora	% 2012
	%		%
Fidelidade Mundial	49,09	Fidelidade Mundial	44,51
Tranquilidade	15,94	Tranquilidade	12,72
Generalli	6,40	Generalli	6,39
Zurich	5,96	Zurich	6,07
Axa	4,36	Axa	5,73
AIG	4,04	Império Bonança	3,66
Agoreana	3,69	AIG	3,52
Victória	2,61	Agoreana	3,23
Allianz	2,39	Victória	2,51
Lusitânia	0,91	Lusitânia	1,41

O Técnico Oficial de Contas

P. de M.

A Administração

João Martins



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de Credite- EGS- Corretores de Seguros, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, que evidencia um total de balanço de 1.402.789 euros e um total de capital próprio de 689.052 euros, incluindo um resultado líquido de 5.182 euros, a Demonstração de Resultados por natureza, a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação de ser adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.



6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

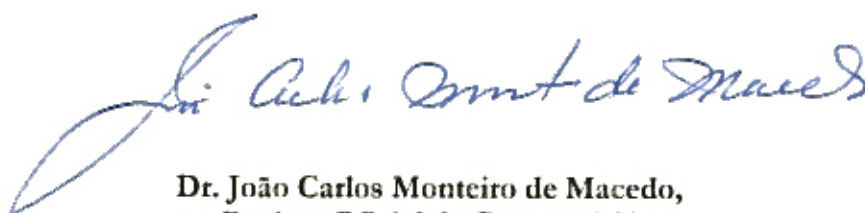
7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Credite- EGS- Corretores de Seguros, SA em 31 de Dezembro de 2013 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

8. Relato sobre os requisitos legais

É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 14 de Março de 2014

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Representada por



Dr. João Carlos Monteiro de Macedo,
Revisor Oficial de Contas n.º 817



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Senhores Accionistas da **Credite-EGS - Corretores de Seguros, SA**

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único vem apresentar a V. Exas., o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão que compreende a proposta de aplicação de resultados e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados por Natureza e os restantes desenvolvimentos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 relativos à **Credite-EGS - Corretores de Seguros, SA**

1. No exercício da sua função, o Fiscal Único acompanhou a actividade da empresa através de informações prestadas pela administração e outros responsáveis superiores da empresa e da análise dos registos e documentação relevante.

2. O relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspectos da actividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas, além de apontar algumas perspectivas da evolução previsível da Sociedade.

3. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, o Fiscal único emitiu a Certificação Legal de Contas não qualificada datada de 14 de Março de 2014.

4. Face ao exposto é parecer do Fiscal Único que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos Serviços da empresa o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.



Macedo, Caldas & Bento
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Lisboa, 14 de Março de 2014

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Representada por

Dr. João Carlos Monteiro de Macedo,
Revisor Oficial de Contas n.º 817